OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 348
Período: 12/09/2009 – 18/09/2009
GEDES – Brasil

1- Programa FX-2: presidente da República e ministro da Defesa manifestam-se sobre negociações para a escolha de caças
2- Programa FX-2: empresas concorrentes acirram a disputa e novas ofertas
3- Especialistas discutem aquisições militares brasileiras
4- Exército passa por grave crise financeira
5- Militares e guerrilheiros brasileiros passaram por treinamento no exterior durante a Ditadura
6- Defesa e Segurança na América do Sul: o impasse sobre as bases militares na Colômbia
7- Impasse entre Brasil e AIEA é confirmado por ministro da Defesa
8- Testemunha ocular afirma ter enterrado membro da Guerrilha do Araguaia

1- Programa FX-2: presidente da República e ministro da Defesa manifestam-se sobre negociações para a escolha de caças

De acordo com a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou no dia 11/09/09 que a decisão final para a escolha dos caças para o programa FX-2 é exclusivamente sua e que, embora conte com a avaliação técnica da Força Aérea Brasileira (FAB), a decisão final para a escolha dos caças tem um caráter político e estratégico. Lula deixou clara a preferência pelo modelo francês Rafale, apresentado pela empresa francesa Dassault, e disse que sua posição analisa essencialmente o caráter político. Embora a escolha final ainda não tenha sido apresentada, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que a Aeronáutica não possui autonomia para decidir na questão e informou aos brigadeiros que mesmo que as aeronaves Rafale não sejam as mais avançadas no âmbito tecnológico isso não impedirá a sua escolha. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o brigadeiro Juniti Saito, comandante da Aeronáutica, reafirmou que a comissão de avaliação das aeronaves é autônoma, sendo fundamental que ela apresente um ranking dos caças de sua preferência, mas já reconheceu que a decisão final poderá ser diferente da sugerida pela FAB e declarou que mesmo que isto aconteça qualquer um dos três caças deixará a Força muito satisfeita. No dia 17/09/09 os jornais *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que, após um convite da Comissão de Relações Exteriores, Jobim participou de uma audiência no Senado para esclarecer o processo de negociação para a escolha final dos caças e afirmou que "o negócio não está fechado. Há uma opção pela França, basta que ela cumpra a promessa de transferência de tecnologia". A decisão final deve ser anunciada no dia 21/09/09, mas Lula já adiantou que pode precisar de mais tempo, e levará em consideração os quesitos preço, transferência de tecnologia e vantagens comerciais. De acordo com o *Jornal do Brasil*, os senadores que participaram da audiência acreditam que o negócio já esteja fechado, apesar das afirmações em contrário de Jobim, e que os custos envolvidos são da ordem de R$ 24 bilhões até 2029. O senador Sérgio Guerra afirmou que o governo prejudicou a concorrência.

Conforme a *Folha,* o ministro negou pretensão expansionista do Brasil e citou o projeto do pré-sal para justificar as aquisições militares. Em contrapartida, conforme divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa francês Herve Morin referiu-se aos aviões fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), comprados pelo governo francês, os KC-390, como "carrinhos-de-mão". A comparação veio ilustrar que os KC-390 seriam uma medida temporária enquanto o projeto de desenvolvimento dos aviões de transporte A400M não é concluído. O especialista em defesa do Instituto de Relações Internacionais da França, Jean-Jacques Kourliandsky, afirmou que a compra dos 15 KC-390 pode ter sido uma moeda de troca que facilitaria as negociações nas muitas transações que Brasil e França têm mantido, e explicou também que o mercado europeu poderia ter nichos receptivos ao modelo brasileiro. (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/09/09; Jornal do Brasil – País – 17/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/09/09).

2- <u>Programa FX-2: empresas concorrentes acirram a disputa e novas ofertas</u>

Conforme noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a concorrência das três empresas finalistas para a venda de caças ao Brasil – a norte-americana Boeing (com o modelo Super Hornet), a sueca Saab (modelo Gripen NG) e a francesa Dassault (modelo Rafale) – aumentou consideravelmente desde que o governo brasileiro declarou sua preferência pela França e propostas de melhor oferta devem ser apresentadas ao Brasil antes da escolha final. A transferência de tecnologia do produto oferecido é um dos pontos-chaves para a escolha do avião, no entanto, conforme destacou a *Folha* em 14/09/09, alguns especialistas em indústria de defesa, tais como o economista Renaud Bellais, da Comissão de Defesa da Fundação Concorde, alegam que dificilmente a França repassará ao Brasil 100% da tecnologia sensível, que incluem os sistemas de navegação, comunicação, dados de vôo, sistemas de controle ou sistemas de armas. Os jornais destacaram em 16/09/09 a visita de dois vice-presidentes da Boeing ao Brasil com o objetivo de entrar em contato com aproximadamente 150 empresas brasileiras e formar novas parcerias. Disseram que a aliança estratégica do Brasil com a França ainda não está consolidada e que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) já vende aviões aos norte-americanos a mais de 30 anos. A idéia dos norte-americanos nesse ponto das negociações é ampliar a aliança já existente com o Brasil para a área militar, onde o país se tornaria fabricante e exportador de componentes, principalmente de fuselagem. As três empresas concorrentes devem atender às demandas da Aeronáutica, que exige transferência de tecnologia no que diz respeito, primordialmente, ao sistema de armas do avião e a conexão entre ambos. Todas as empresas afirmaram que se comprometem a transferir a tecnologia de armamentos, sensores, sistemas de navegação e radares, mas os limites do repasse ainda não estão certos. O Congresso dos Estados Unidos aprovou a "transferência de tecnologia necessária", com pressão do presidente Barack Obama, mas os próprios diretores admitiram que isto significa justamente que a transferência de tecnologia não é irrestrita e, conforme destacou a *Folha,* futuramente o Brasil não estaria livre para vender seus próprios aviões Super Hornet para países considerados ameaça aos Estados Unidos. O jornal ainda destacou que o

periódico francês *Les Echos* noticiou que Obama teria ligado para o presidente Lula para defender a escolha do caça oferecido pela Boeing e que garantiu a aprovação da transferência de tecnologia. *O* jornal francês ainda teria acusado os norte-americanos de disseminarem “informações negativas sobre o Rafale”. Em contrapartida, em 18/09/09 a *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* divulgaram que o vice-ministro de Defesa da Suécia, Hakan Jevrell, afirmou durante uma coletiva de imprensa que a Suécia "não está buscando compradores, mas parceiros" e que pode oferecer ao Brasil o dobro de aviões pelo mesmo preço oferecido pelos concorrentes. Além disso, pretende contar com a vantagem de dispor na fabricação do caça Gripen toda transferência de tecnologia exigida pelo Brasil, bem como um programa de desenvolvimento em conjunto com a Embraer cuja característica principal é a capacidade de se adaptar às necessidades especificas de cada usuário. Finalmente, Jevrell disse que não haverá restrição a nenhum país comprador na América Latina ao qual o Brasil deseje vender seus futuros aviões. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 16/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 18/09/09; Jornal do Brasil – País – 18/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/09/09).

3- Especialistas discutem aquisições militares brasileiras

O jornal *Folha de S. Paulo* apontou em 13/09/09 que não há possibilidade de configurar uma corrida armamentista clássica na América Latina devido à ausência de uma “busca contínua por equilíbrio bélico na região”, destacando que atualmente nenhum país vizinho tem condições de competir com as aquisições militares anunciadas pelo Brasil. Entretanto, seria justamente a ausência de ameaças que torna o plano de defesa brasileiro ambíguo, criando uma idéia de “potência regional” que pode interferir nas relações com os Estados Unidos. Desta forma, avaliando o impacto regional do acordo entre Brasil e França referente à compra de submarinos e helicópteros da França, a *Folha de S. Paulo* recolheu algumas opiniões de especialistas. O consultor Salvador Raza, professor do Centro de Estudos Hemisféricos da Universidade Nacional de Defesa dos EUA, defendeu que o Brasil deveria trabalhar com os Estados Unidos “num ambiente colaborativo-competitivo”, sendo que a política interna de viés antiamericano é um empecilho para o desenvolvimento da política externa brasileira. Defendeu as aquisições militares como forma de prevenir e se preparar para futuras ameaças que afetariam a Amazônia e o litoral do Brasil, mas destacou que não passou despercebido por parte dos Estados Unidos o fechamento de um acordo com a França justamente num momento de tensão da política norte-americana para com a América do Sul. Foram entrevistados ainda o analista militar chileno Raúl Söhr, o argentino Juan Gabriel Toklatián, professor de relações internacionais da Universidade Di Tella e o coronel da reserva Jesús Alberto Mora, professor da Escola Superior de Guerra colombiana, sendo que todos não consideram a compra de armamentos por parte do Brasil uma ameaça, mas destacaram que o Brasil será cobrado pelos países vizinhos. Alberto Mora lembrou ainda que o Brasil é signatário do Tratado de Tlatelolco e que uma possível ambição nuclear será o “próximo grande debate”. O coronel da Força Aérea americana Willie Berges,

adido de Defesa da Embaixada dos EUA em Brasília, disse que a cooperação entre Brasil e Estados Unidos está em seu nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial e que o país não tem preocupação com o acordo com a França, pois o Brasil "tem razões para modernizar suas Forças Armadas" e "todo o país tem que decidir o que modernizar". Em relação à concorrência das empresas finalistas no projeto FX-2, a jornalista Eliane Cantanhêde, em artigo para *Folha* no dia 17/09/09, criticou o fato de que antes da compra os fornecedores sempre oferecem excelentes preços, condições, manutenção e compensações aos compradores, mas seria ingenuidade do Brasil acreditar em tais promessas, destacando que no caso da aquisição dos caças a Força Aérea Brasileira determina que 80% dos investimentos de transferência de tecnologia devem ser "diretos", aplicados na área militar aeroespacial, e apenas 20% pode ter aplicação "indireta", em pesquisas universitárias e intercâmbio de estudantes, por exemplo. A jornalista disse que muitas vezes esta situação não é considerada e todo o investimento de transferência de tecnologia fica perdido entre o discurso e a prática. Finalmente, o *Jornal do Brasil* publicou em 17/09/09 um artigo do analista político Carlos Pereyra Mele que elogiou a posição brasileira em suas relações com a França para a aquisição de material bélico. Relembrando a frase romana de que "se quiser a paz, prepare-se para a guerra", disse que isso não expressa idéia de expansionismo nem imperialismo, mas de que é necessário estar bem armado para se defender e impedir que um determinado país seja atacado por outro. O Brasil, segundo Mele, se colocará "na vanguarda do continente sul-americano no que se refere ao sistema de defesa". O autor ainda criticou os meios de comunicação de massa norte-americanos que teriam disseminado a idéia de que há uma corrida armamentista na América do Sul e que isso impedirá a integração regional. Para o analista, isto é fruto de um "pacifismo hipócrita", pois os Estados Unidos pretendem manter o domínio completo em uma região que não deseja mais "ser o seu quintal", e o que está em jogo no continente é a possibilidade de a América do Sul se incorporar à nova ordem mundial de forma a resistir à globalização norte-americana que até então limitava a autodeterminação regional. Tendo tal contexto em vista, segundo explica o autor, é necessário compreender o acordo estratégico entre o Brasil e a França de compra de equipamento militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/09/09; Folha de S. Paulo – Opinião – 17/09/09; Jornal do Brasil – Internacional – 17/09/09).

4- <u>Exército passa por grave crise financeira</u>

Segundo *O Estado de S. Paulo,* em 12/09/09, o Comando do Exército desenvolveu um plano de reaparelhamento de 20 R$ bilhões em 10 anos que inclui a substituição de 150 mil fuzis automáticos leves (FALs - em uso a mais de 40 anos), compra de 400 novos blindados, radares de longo e baixo alcance, reaparelhamento de 1500 carros de combate, criação de 28 novos pelotões de fronteira e aquisição do sistema integrado de vigilância e monitoramento de fronteiras, mas deixou de incluir em sua lista de aquisições um centro de controle e uma rede de observação, produção e análise de imagens por satélite, sendo que o jornal considera que para um país de dimensões continentais como o Brasil seria imprescindível a implementação de um sistema dessa natureza. O projeto já avança há cinco anos e conta com

alguns resultados práticos, entretanto, os equipamentos listados como prioritários, como fuzis e blindados mais modernos, são requisitados desde o ano 2000. O Exército passa por uma situação financeira considerada grave, com falta de munição e redução da carga horária e o numero de exercícios para conter gastos. Embora o pacote de reaparelhamento estipule gastos de R$ 2 bilhões por ano, cerca de R$ 580 milhões previstos para 2009 estão contingenciados, o que pode trazer transtornos até mesmo para o treinamento de militares que devem substituir, em fevereiro de 2010, cerca de 1300 militares que estão no Haiti. De acordo com a *Folha de S. Paulo,* falta verba também para o pagamento de água, luz, telefone e alimentação. A jornalista Eliane Cantanhêde criticou no dia 13/09/09 a redução da jornada de trabalho dos militares do Exército (que não cumprirão expediente na segunda-feira de manhã e na sexta-feira à tarde) para redução de gastos e disse que "se a Aeronáutica e a Marinha operam com sofisticada tecnologia e com equipamentos caríssimos, o Exército tem a sua força em algo bem mais prosaico: homens." Destacou a importância das aquisições para as outras duas Forças, mas lembrou que estratégia deve levar em consideração também a Força Terrestre. (Folha de S. Paulo – Opinião – 13/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 15/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/09/09).

5- Militares e guerrilheiros brasileiros passaram por treinamento no exterior durante a Ditadura

Segundo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, França, Inglaterra e Estados Unidos foram os países nos quais os militares do Brasil, durante a Guerra Fria, aprenderam táticas de contrainsurgência e guerra revolucionária. Para vigiar os considerados insurgentes durante o regime militar (1964-1985), mantinham-se seus dados pessoais no antigo Departamento de Ordem Social e Política de São Paulo (Dops-SP). Cabia ao Dops monitorar os opositores, fora e dentro do país, assim como os que haviam sido exilados. Já de acordo com o jornal *Folha de S. Paulo,* também houve treinamento de guerrilheiros brasileiros no exterior durante a ditadura militar (1964-1985), mas na Coréia do Norte. O grupo esquerdista Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era contra a ditadura, teve vários de seus militantes treinados em Pyongyang. Nas aulas era ensinado como manusear armas e explosivos, alem de técnicas de emboscadas e de formação política. Irany Campos, atualmente com 71 anos, foi um dos participantes e afirmou que o treinamento do curso durou de 4 a 5 meses. Entretanto, após o mesmo, a organização se desintegrou e não foi possível que utilizassem as técnicas aprendidas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/09/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/09/09).

6- Defesa e Segurança na América do Sul: o impasse sobre as bases militares na Colômbia

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, houve reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, órgão da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) – a qual congrega 12 países da América do Sul –, no dia 15/09/09, em Quito (capital do Equador), para discutir a questão dos limites de ação das bases militares norte-americanas em território

colombiano, já que os países da região temem que a presença das forças americanas ameace a soberania dos países vizinhos e que o intervencionismo norte-americano seja exagerado. A reunião urgiu por mais transparência nas políticas de segurança e por tentativas de se evitar uma corrida armamentista na região, porém, não resultou em produção de documento final e nem em promessas de um novo encontro para mais debates sobre as questões militares na América do Sul. A Colômbia foi criticada pelo Brasil e pelos outros 10 países e isolou-se por não mostrar cópia do pacto firmado e por resistir aos pedidos de garantias formais sobre a natureza da presença militar dos Estados Unidos no país. Assim sendo, ameaçou retirar-se da Unasul, alegando a "falta de sensibilidade dos países vizinhos", afirmando sentir-se incompreendida e exigindo que haja cobranças de transparência aos acordos de compra de equipamento militar firmados pelos países vizinhos. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, esteve presente na reunião e estava acompanhado do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Amorim afirmou que "a questão das garantias espelha uma resistência da Colômbia em ter uma posição totalmente aberta e transparente com a região" e criticou a estratégia colombiana de tentar desviar o foco das discussões da reunião para os novos acordos de defesa entre Brasil e França e entre Venezuela e Rússia. O ministro das Relações Exteriores ainda argumentou que "a presença estrangeira em território de um país sul-americano é diferente da compra de armas" e disse "nunca terem sido questionadas as compras de equipamento militar por Chile e Peru, entre outros exemplos". Jobim culpou a Colômbia pelo fracasso da reunião e por rejeitar a proposta brasileira que previa o registro de todos os tratados internacionais dos países da região no Conselho de Defesa Sul-Americano; a notificação da existência de manobras e exercícios militares nas fronteiras dos países vizinhos; e a garantia de que tropas estrangeiras em qualquer país da América do Sul ficariam restritas ao território do país contratante. Jobim afirmou que os colombianos ofereceram garantias plenas, mas era necessário que houvesse garantias formais, enfatizando que o debate ainda não terminou, mas que se trata de "um processo normal nas relações internacionais". *O Estado de S. Paulo* ainda frisou que outro ponto da reunião foi negado pelo governo colombiano, que seria o de notificar todos os acordos de cooperação na área de defesa e de segurança à Unasul. Nesse contexto, a *Folha* noticiou que foi publicada parte da nova Estratégia Nacional de Inteligência dos Estados Unidos e nela são mencionados países "insurgentes que desestabilizam regiões de interesse estratégico" e "organizações criminosas transnacionais", ameaças provenientes da América Latina, o que justificaria a presença dos Estados Unidos na região. A nova Estratégia ainda analisa que a região "caminha para políticas mais pragmáticas, que facilitarão a relação". (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/09/09; Folha de S. Paulo – Mundo – 17/09/09; Jornal do Brasil – Internacional – 16/09/09; Jornal do Brasil – Internacional – 17/09/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/09/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/09/09; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 17/09/09).

7- Impasse entre Brasil e AIEA é confirmado por ministro da Defesa

O *Jornal do Brasil* noticiou que, em audiência na Comissão de Relações Exteriores do Senado, o ministro da Defesa Nelson Jobim confirmou que houve

impasse do Brasil com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), devido à tentativa desta de realizar uma operação de fiscalização no Instituto de Engenharia Militar (IME) do Exército. A tentativa de fiscalização se justificaria pela pesquisa do físico brasileiro Dalton Girão Ellery Barroso, o qual descobriu as dimensões internas do modelo W-87 de ogiva nuclear norte-americana e desenvolveu cálculos sobre explosivos nucleares. Jobim afirmou que impediu a vistoria da AIEA no IME e ressaltou que a tese de doutorado do pesquisador é um trabalho acadêmico publicado no livro "Física dos Explosivos Nucleares" e "baseado em modelos compilados de publicações científicas disponibilizadas pela internet". O *Jornal do Brasil* informou que Barroso já pesquisa na área de reatores nucleares por 25 anos e que ele criou um programa de computador específico para desenvolver cálculos novos com base em modelos já conhecidos, o que o levou a conclusões técnicas pertinentes sobre a teoria dos explosivos nucleares. Barroso, assim como outros pesquisadores, afirmaram que o Brasil já possui conhecimento e tecnologia para a fabricação da bomba nuclear, mas que ela não será feita já que o Brasil é um país neutro nos conflitos internacionais e signatário de tratados de não-proliferação de armas nucleares, além de ser considerada uma ação inconstitucional. O jornal ainda recordou que a AIEA já tentara vistoriar instalações brasileiras de pesquisa nuclear em outras oportunidades, mas foi vetada. De acordo com Jobim, o Brasil precisa apenas ter o controle da tecnologia nuclear, não para desenvolver a bomba atômica, mas criticou que a repercussão dos estudos passem a idéia de que o país queira produzir o artefato, garantindo que "tudo o que o país tem buscado nas negociações para reestruturar o poderio do sistema de defesa inclui, junto com a compra de equipamentos, a capacitação para o desenvolvimento tecnológico da cadeia nuclear". Jobim também falou sobre as diferenças do processo de enriquecimento de urânio para fins pacíficos e disse que até o submarino que foi comprado no acordo com a França, com propulsão nuclear, irá funcionar com torpedos convencionais. (Jornal do Brasil – País – 17/09/09).

8- <u>Testemunha ocular afirma ter enterrado membro da Guerrilha do Araguaia</u>

De acordo com o *Jornal do Brasil*, os observadores que ajudam o Exército nas buscas pelos restos mortais dos ex-guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia, no estado do Tocantins, encontraram uma das mais importantes testemunhas oculares do período, Josias Gonçalves de Sousa, que revelou ser o responsável por enterrar, em 1974, o mais famoso e temido guerrilheiro do PCdoB na região, Osvaldo Orlando da Costa. Esse foi considerado por muitos militares, como o então major Sebastião Rodrigues de Moura, o melhor dos guerrilheiros e por isso chegou a determinar a sua morte em um dos relatórios da operação Sucuri. O local fica em uma antiga base do Exército, Marinha e Aeronáutica, na área urbana da cidade de Xambioá, próximo à margem do Rio Araguaia, em Tocantins. O grupo de busca ainda pretende cruzar as informações com o depoimento que será prestado por Raimundo Pereira de Melo, uma ex-soldado que serviu na antiga base. Sousa foi recrutado pela guerrilha aos 17 anos de idade, mas se entregou ao Exército em 1973 quando foi levado para a Base de Xambioá, onde conviveu com vários guerrilheiros presos e posteriormente executados por militares. O grupo de busca considerou as informações de

grande relevância e o depoimento foi acompanhado por 25 civis e 12 militares da equipe. (Jornal do Brasil – País – 18/09/09).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*****Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**
Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestre em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).